



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 13/05/2016

CRIME/LAVAGEM

MP assina acordo para implantar laboratório

O procurador-geral de Justiça de Sergipe, José Rony Silva Almeida, assinou na quarta-feira, 11, em Brasília, um termo de cooperação com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania. O termo visa subsidiar a implantação de um Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro no MP de Sergipe (LAB/MPSE).

A ferramenta propiciará ao Estado de Sergipe combater, de forma mais eficiente, crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, pois funcionará como centro de produção de informações estratégicas para o enfrentamento a esses crimes. O laboratório é capaz de agilizar a análise tecnológica de dados gerados em quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico, além de propor o uso de programas de computador que facilitam a avaliação de informações. O termo de cooperação prevê que o LAB-MPSE não vai gerar custos ao Ministério Público.

O Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro é uma das metas do grupo de Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), um fórum de articulação dos órgãos federais e estaduais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, criado em 2003, que estabelece políticas públicas para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Com o sucesso do projeto, o Ministério da Justiça resolveu replicar o modelo para outros órgãos estaduais e federais. O conjunto destes laboratórios forma a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-Lab), hoje presente em vários Estados brasileiros. Sua principal característica é o compartilhamento de experiências, técnicas e soluções voltadas para a análise de dados financeiros e também para a detecção da prática da lavagem de dinheiro, corrupção e crimes relacionados.

De acordo com Dr. Rony Almeida, o laboratório irá reforçar as atividades, sobretudo do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e do Grupo de Combate à Improbidade Administrativa (GCIA), ambos criados pelo PGJ no âmbito do MP sergipano e que possuem atribuições específicas voltadas à prevenção e repressão às organizações criminosas.

A assinatura do termo de cooperação contou com a presença do secretário nacional de Justiça, Beto Ferreira Martins Vasconcelos, e foi assinado também pelos MPs dos Estados de Alagoas, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Roraima. Outros MPs já integram a Rede-Lab.